



RESTAURANDO DIÁLOGOS: as obras da Catedral da Sé em Mariana-MG pelo PAC das Cidades Históricas

PASSOS, FLORA

Universidade Federal de Minas Gerais (Doutoranda)
Travessa Cecília Gonçalves, 24, Ouro Preto/MG 3540-000
floralopespassos@gmail.com

RESUMO

Os desafios à preservação do patrimônio cultural tem crescido em todo o território brasileiro com a mercantilização do solo urbano e a flexibilização dos processos de licenciamento para grandes empreendimentos. O atual cenário político do país reforça as políticas neoliberais e coloca em risco o trabalho técnico exercido pelo principal órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que há décadas já sofre pela escassez de recursos e de técnicos no seu quadro de servidores. No caso dos sítios urbanos tombados a escassez e inconstância dos Escritórios Técnicos do IPHAN trouxeram, muitas vezes, consequências que transcendem os impactos às relações de visibilidade e ambiência do patrimônio material, tocando também a esfera simbólica. Essa realidade indica a necessidade de reinvenção dos instrumentos de diálogo, participação social e educação patrimonial, com aplicabilidade a nível local e, ainda, de promoção de ações intersetoriais, estreitando parcerias locais, visto que programas monumentais de investimento federal para restauração não devem ser vistos como a solução para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sob essa perspectiva, o presente trabalho apresenta a experiência em andamento das obras de restauração arquitetônica da Catedral de Nossa Senhora da Assunção – Catedral da Sé – em Mariana, Minas Gerais, no âmbito do PAC das Cidades Históricas. Ainda que uma leitura preliminar do programa implementado pelo governo federal sugira questões importantes de análise desde a sua gênese – que em Mariana pretendia a restauração de 17 bens edificadas, requalificação de 01 espaço público e implantação de 04 museus – o foco desde trabalho é refletir sobre a gestão das obras de restauração como processos transdisciplinares, intersetoriais, participativos e educativos, que podem ressaltar memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos. A Catedral da Sé, igreja matriz de Mariana, é bem tombado isoladamente e em conjunto, pelo IPHAN. Iniciada em janeiro de 2016, a restauração arquitetônica inclui também intervenções estruturais e drenagem, com monitoramento arqueológico, além da adequação das instalações hidrossanitárias. Estas obras ainda estão em andamento e envolveram questões complexas, o que não impediu que definições horizontalizadas fossem defendidas durante todo processo de gestão e fiscalização das obras, como é o caso de parcerias com a Universidade Federal de Ouro Preto para o desenvolvimento de projeto de educação patrimonial em escolas públicas, parcerias com o corpo de bombeiros e guarda municipal para monitoramento e segurança da obra, bem como, a realização de audiência pública para a definição sobre a nova pintura do bem com os moradores de Mariana. Assim, defende-se a construção coletiva e popular das políticas de preservação do patrimônio cultural como prática dos órgãos públicos e caminho para o enfrentamento dos desafios cotidianos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; restauração; participação social; educação patrimonial.

Introdução

O debate sobre preservação, conservação e restauração do patrimônio cultural sempre foi complexo e com variantes ao longo da história. É sabido que visões mudaram e estão em constante mudança, de acordo com a sociedade, o que demanda leituras críticas que situem os principais teóricos em seus períodos históricos, Violet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900), Camillo Boito (1836-1814), Gustavo Giovannoni (1873-1947), Cesare Brandi (1906-1988), dentre outros, além de uma análise do contexto sociopolítico, econômico e cultural das cartas patrimoniais resultantes de encontros nacionais e internacionais que apontam princípios norteadores para as ações no campo. Importante notar que muitos destes princípios balizaram e balizam ainda hoje as práticas e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil.

Apesar das inúmeras referências teóricas e práticas neste campo de atuação, os desafios à preservação do patrimônio cultural tem crescido em todo o território brasileiro, principalmente, com a mercantilização do solo urbano e a flexibilização dos processos de licenciamento para grandes empreendimentos. A realidade no Brasil não é de vultosos investimentos em políticas culturais e a situação atual de governo tem ameaçado muitas conquistas, reforçando as políticas neoliberais e colocando em risco o trabalho técnico exercido pelo principal órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que há décadas já sofre pela escassez de recursos e de técnicos no seu quadro de servidores.

No caso dos sítios urbanos tombados, a precariedade dos Escritórios Técnicos do IPHAN traz, muitas vezes, consequências que transcendem os impactos às relações de visibilidade e ambiência do patrimônio material, como ocorre no município de Mariana, que possui tombamento em conjunto a nível federal desde 1938. Estes impactos compreendem bairros inteiros consolidados, principalmente, nas molduras destes conjuntos e as consequências estão também na esfera simbólica. Análises das gestões públicas municipais das últimas décadas denotam situações ainda mais graves que interferem diretamente na formulação e aplicação de políticas voltadas para a cidade e para o patrimônio cultural especificamente. Nos últimos oito anos, oito pessoas diferentes estiveram à frente da administração municipal em Mariana e esta instabilidade se deve, principalmente, a práticas clientelistas e corruptas.

Conforme defendido por François Choay (2006), cidades e conjuntos arquitetônicos antigos, tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, oferecem uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as

quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea.

Neste sentido, defendemos a constante reinvenção dos instrumentos de diálogo, participação social e educação patrimonial, com aplicabilidade a nível local e, ainda, a promoção de ações intersetoriais, estreitando parcerias e incentivando a formação de equipes locais com expertise no campo do patrimônio cultural. Entendemos que programas monumentais de investimento federal quando focados na restauração de monumentos isolados, como é o caso do PAC das Cidades Históricas no contexto atual do município de Mariana/MG, cumprem o objetivo da salvaguarda do patrimônio cultural se as ações de restauração são pensadas enquanto objetos de reflexão e de educação patrimonial, e que incentivem, principalmente, a conservação preventiva entre os diversos atores responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural material, isto é, não apenas os órgãos públicos protecionistas, mas os próprios moradores e proprietários dos bens tombados, em conjunto ou isoladamente. Assim, quando o estado dos bens materiais é tão precário a ponto de serem imprescindíveis as obras de restauração, tais obras devem estar envolvidas em programas mais abrangentes, participativas e colaborativas, que promovem a disseminação das ideias de pertencimento e valorização do patrimônio cultural.

Sob essa perspectiva, o presente trabalho apresenta a experiência em andamento das obras de restauração arquitetônica da Catedral de Nossa Senhora da Assunção – Catedral da Sé – em Mariana, Minas Gerais, no âmbito do PAC das Cidades Históricas. Ainda que uma leitura preliminar do programa implementado pelo governo federal sugira questões importantes de análise desde a sua gênese – que em Mariana pretendia a restauração de 17 bens edificados, requalificação de 01 espaço público e implantação de 04 museus – o foco desse trabalho é refletir sobre a gestão das obras de restauração enquanto processos transdisciplinares, intersetoriais, participativos e educativos, que podem ressaltar memórias e o sentimento de pertencimento dos cidadãos. A mobilização social e práticas de educação patrimonial e participação popular são entendidas enquanto instrumentos fundamentais para processos de gestão e planejamento mais democráticos e justos.

A restauração como ação transdisciplinar

Com relação às ações elencadas na passagem de 2013 para 2014 para compor o PAC das Cidades Históricas no município de Mariana, foram incluídas, principalmente, restaurações de bens edificados, sendo que nem todos são tombados isoladamente pelo

IPHAN e, em grande parte, se tratam de templos religiosos de propriedade da Arquidiocese de Mariana. Importante notar que estes imóveis possuem estado de conservação bastante precário (inclusive alguns estão interditados como: Igreja de São Francisco de Assis, Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja de Nossa Senhora da Conceição) e, portanto, se fazem necessárias intervenções mais complexas e onerosas, de restauração completa, e não ações de conservação preventiva, mais fortemente defendidas no campo do patrimônio cultural material.

No momento estão em execução em Mariana, pelo PAC das Cidades Históricas, duas etapas de obras em dois bens, ou seja: a restauração dos elementos artísticos integrados da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (obra em finalização, contratada pela Prefeitura Municipal de Mariana, com recursos do governo federal repassados pelo IPHAN); além das obras civis de restauração arquitetônica da Catedral da Sé, abrangendo algumas intervenções complementares (obra em finalização, contratada pelo IPHAN com recursos do governo federal).

A Catedral de Nossa Senhora da Assunção, mais conhecida como a Catedral da Sé, igreja matriz de Mariana, é bem tombado isoladamente pelo IPHAN desde 1939 e está inserido no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana protegido a nível federal. Sua história tem origem em uma primitiva capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição do início do século XVIII, sendo que diversas intervenções foram empreendidas, ao longo de mais de 300 anos, até que ganhou os aspectos atuais do barroco jesuítico.

Iniciadas em janeiro de 2016, no contexto do PAC das Cidades Históricas, as obras civis em curso incluem a restauração arquitetônica, intervenções estruturais e de drenagem, com monitoramento arqueológico, além da adequação das instalações hidrossanitárias. Foram contratadas pelo IPHAN/MG, com fiscalização do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana. Esta é uma das etapas de obras que se pretende no bem, faltando ainda as demais intervenções complementares (referentes aos projetos de elétrica, luminotécnico, segurança eletrônica, sonorização, segurança contra descargas atmosféricas, sistema de proteção e combate a incêndio) e a restauração dos elementos artísticos integrados. Sendo importante destacar que estes serviços ainda não foram contratados, mas os projetos já estão elaborados e aprovados pelo IPHAN, a planilha orçamentária está em análise, com previsão de contratação também no âmbito do programa federal.



Catedral da Sé em restauração (09/05/2017). Fonte: autora.

Ainda que seja apenas uma etapa da obra civil, a experiência em andamento na Catedral da Sé já trouxe de forma bastante clara a transdisciplinaridade no campo da restauração. O conceito de transdisciplinaridade é compreendido atualmente como um conhecimento autônomo constituído pela presença de várias disciplinas, entretanto apenas por meio de olhares variantes, proposições de diversas áreas, e principalmente por um caráter flexível na tomada de decisões, seu desenvolvimento é viável (MARTINS, 2014). Além do entendimento dos estudos arqueológico e histórico e da análise técnica dos materiais como precedentes às intervenções, questão apontada na Carta de Veneza (1964), o caso em tela demonstrou como a percepção sobre os desafios em obra (e resolução dos mesmos) é resultantes das diversas disciplinas que se cruzam.

Em um primeiro momento vale destacar a relação entre a arquitetura e as engenharias, especialmente, a engenharia civil. Algumas intervenções estruturais pretendidas tiveram que ser adequadas no decorrer da obra, o que demandou muito diálogo entre a fiscalização e outros técnicos do IPHAN, empresa contratada e empresa responsável pela elaboração dos projetos. Pelas diversas intervenções já empreendidas no bem ao longo dos séculos, notou-se logo no início das obras a situação precária e inadequada em que se encontrava o engradamento da cobertura, por exemplo. Esta avaliação mais municiada das peças estruturais não foi possível no momento de elaboração dos projetos e nem é viável a partir do entendimento de intervenção mínima, defendido na Teoria do Restauo de Cesare Brandi. Assim, adequar as propostas de intervenção à realidade *in loco* no momento da obra foi essencial para garantir a integridade física do bem, durabilidade das intervenções e para não causar impacto aos elementos artísticos

integrados, como foi o caso das propostas de atirantamento entre frechais e reforço das bases das colunas na nave que precisaram de adequação.

Outra situação encontrada está relacionada à intervenção proposta de reforço estrutural junto às fundações (com escavação de 1,00m de profundidade e preenchimento em solocimento ao longo das duas fachadas laterais) e da construção de drenos laterais imediatamente ao lado dos reforços estruturais. Assim que iniciadas as primeiras escavações foram encontrados vestígios arqueológicos no subsolo, mais precisamente: calçada antiga em seixo junto à fachada lateral direita, aos fundos; e fragmentos de ossadas humanas junto à fachada lateral esquerda (calçada da Rua Frei Durão – uma das principais vias do centro histórico de Mariana). Devido à impossibilidade de estudo arqueológico prévio, foi necessária a contratação de monitoramento arqueológico durante as escavações na obra, o que levou a mudanças no valor de contrato e no cronograma físico-financeiro. Até o presente momento foram evidenciados na ordem de 30 indivíduos sepultados, apenas no subsolo da calçada junto à fachada lateral esquerda, o que já significou quatro meses de trabalho de campo e curadoria do material.



Monitoramento arqueológico durante as obras (22/11/2016). Fonte: autora.

Com relação ao monitoramento arqueológico, vale ressaltar a imperativa interface com a pesquisa histórica. Ainda que em andamento, algumas importantes considerações já podem ser levantadas, como: a possível relação destes sepultamentos com os encontrados da Praça Claudio Manoel no início dos anos 2000, em intervenção do Programa Monumenta (contexto de enterramento devido a uma epidemia no município ocorrida no século XIX); a situação de fragmentação das ossadas (pela situação do solo úmido e pelas diversas

intervenções ocorridas no local ao longo do último século sem o devido cuidado); a caracterização dos artefatos associados aos sepultamentos mais íntegros (junto a um deles foi encontrado uma fivela de cinto, aliança, facão na altura da tíbia e um cachimbo – objeto simbolicamente associado a religiões de matrizes africanas).

Sob a perspectiva da transdisciplinaridade, o processo de gerenciamento das obras buscou sempre que possível dar visibilidade para interface entre os diversos campos de conhecimento, o que ficou claro em reportagens em jornais locais e outras mídias¹.

A restauração como ação intersetorial

A Arqueologia, abordada no item anterior, nos leva à discussão de um segundo aspecto intrínseco a obras de restauração arquitetônica: a intersetorialidade. Para viabilizar o monitoramento arqueológico nos moldes exigidos pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e no escopo das obras já contratadas – com possibilidade de aditamento de valor e tempo restrito pela lei 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública – foram fundamentais duas parcerias firmadas entre o IPHAN e universidades, conforme preconizado no Compromisso de Salvador (1971). A primeira se refere à necessidade de encaminhamento do material a instituição de guarda regulamentada e para tanto foi feita uma parceria com o Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UVFJM). A segunda consiste em parceria com Universidade Federal de Ouro Preto para viabilizar projeto de educação patrimonial, também exigência do CNA/IPHAN.

A intersetorialidade se fez presente desde o início da obra. Na etapa de mobilização e planejamento – que envolveu, por exemplo, o desmonte e guarda do *Órgão Arp Schnitger* e proteção dos elementos artísticos integrados – o envolvimento da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção (responsável pela Catedral) e Museu da Música ligada à Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, foram fundamentais.

Vale citar ainda duas importantes parcerias feitas com atores locais visando, principalmente, a segurança do bem e dos trabalhadores. A primeira foi com o Corpo de

¹ Ver: matéria do programa Terra de Minas/ Rede Globo, 11/05/2017 (<https://globoplay.globo.com/v/5862806/>); matéria na revista Casa Vogue, 24/01/2017 (<http://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2017/01/vestigios-do-seculo-xix-sao-encontrados-em-mariana-mg.html>); notícia no portal do MinC, 18/01/2017 (http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/vestigios-do-seculo-xix-sao-encontrados-em-obras-do-pac/10883); matérias da edição 26 Jornal O Lampião (https://issuu.com/jornallampiao/docs/lampiao_ed_26_issuu)

Bombeiros Militar. É conhecido (e recordado constantemente pelos marianenses) o caso de incêndio ocorrido em 1999, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana, quando foi perdido o forro artístico da nave, além dos dois retábulos colaterais do arco-cruzeiro e outros elementos de madeira, principalmente. Mariana não possui sede própria do Corpo de Bombeiros (sendo a mais próxima em Ouro Preto) e não existem hidrômetros próximos à Catedral da Sé. Por este motivo, além de palestras e capacitações sobre prevenção e combate a incêndio e de trabalho em altura, com os funcionários da empresa executora, um bombeiro da corporação está disponível diurnamente durante a execução das obras.



Palestra com o Corpo de Bombeiros no início das obras (22/02/2016). Fonte: autora.

Ainda para promover a segurança do bem, foi instalado um sistema de câmeras e detectores de fumaça no exterior e interior da Catedral que transmite sinais e vídeos diretamente à central da Guarda Municipal, ligado à Secretaria Municipal de Defesa Social, que monitora 24h por dia o centro histórico de Mariana.

A restauração como ação participativa e educativa

Conforme o Guia Básico de Educação Patrimonial lançado em 1996 – que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN na última década –, Educação Patrimonial consiste em um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA *et al*, 1999, p. 6).

Atualmente, o IPHAN defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014).

A valorização da educação como melhor garantia da conservação dos monumentos surge ainda em 1931 na Carta de Atenas e é constantemente citada nas demais cartas patrimoniais. A documentação e publicação dos trabalhos, na Carta de Veneza (1964), a importância do fomento de uma consciência pública para a preservação e conservação, nas Normas de Quito (1967); etc.

A defesa da educação patrimonial associada à restauração arquitetônica motivou a elaboração do projeto intitulado “Restaurando histórias” com o objetivo principal de despertar na população a importância pela preservação do patrimônio cultural, a partir da “restauração” das histórias e memórias que promovem (re)leituras do bem cultural e incentivam a sua apropriação, bem como, a apropriação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado em Mariana/MG. A experiência de obras na Catedral da Sé foi pensada enquanto projeto-piloto e seria tema de oficinas e atividades lúdicas com alunos de escolas públicas localizadas no entorno do bem em um processo de aprendizado mútuo e colaborativo envolvendo também professores, familiares dos alunos, técnicos locais, IPHAN, UFOP e comunidade marianense de modo geral. O projeto, conforme idealizado, não pôde ser implementado, contudo, uma etapa com temática específica relacionada à arqueologia está sendo iniciado, em parceria com o curso de Museologia da UFOP. Além deste projeto, têm ocorrido visitas técnicas à obra com alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFOP e turmas de alunos da rede municipal de ensino.

A preocupação com as subjetividades, significados e com a capacidade comunicativa do patrimônio cultural também levou a fiscalização do IPHAN a construir um processo participativo de discussão e definição sobre a cor de repintura da Catedral da Sé no contexto das obras. Após a análise do relatório de prospecções pictóricas que apresentou resultados de mais de 160 janelas de prospecção (em alvenarias, janelas, portas, cimalhas internas e externas, forros, etc.), entendeu-se como primordial uma reflexão coletiva sobre o tema. Vale ressaltar que a maior parte das prospecções não apresentou muitas camadas e elas não se relacionavam umas com as outras de forma conclusiva, contudo, em diversos elementos de madeira (dentre marcos e folhas das esquadrias) foi encontrada uma tonalidade próxima ao vinho escuro e na modenatura das fachadas foi encontrada uma tonalidade de bege.

Neste sentido, primeiramente, foi realizada uma reunião nas dependências do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana para debater os resultados do relatório de prospecções pictóricas com representantes da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção/ Arquidiocese de Mariana, Prefeitura Municipal de Mariana, Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana e profissionais com especialização e experiência no campo do restauro do curso de tecnólogo em conservação e restauro do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), dentre outros. Nesta discussão foram definidas coletivamente duas propostas de repintura para a Catedral da Sé neste contexto específico de obras: 1) de manutenção do padrão cromático atual (alvenarias na cor branca; modenatura das fachadas e esquadrias internas em cinza; e esquadrias externas em verde); ou 2) de utilização de referência cromática encontrada em prospecções (alvenarias na cor branca; modenatura das fachadas e esquadrias internas em bege; e esquadrias externas em vinho escuro).

Em complementação ao processo, o Escritório Técnico do IPHAN em Mariana organizou uma audiência pública, ocorrida no dia 27/03/2017 na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, quando foram apresentadas à comunidade todas as etapas das obras civis em andamento e foi colocado em votação as duas propostas de repintura. Com 51 votos x 10 votos, a segunda proposta, de alteração do padrão cromático utilizando referência cromática encontrada em prospecções (alvenarias na cor branca; modenatura das fachadas e esquadrias internas em bege; e esquadrias externas em vinho escuro), foi a vencedora².

² Ver reportagem do Estado de Minas, 04/04/2017 (http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/04/interna_gerais,859571/catedral-da-se-de-mariana-sera-repintada-com-tons-do-seculo-18.shtml).



Palestra com o Corpo de Bombeiros no início das obras (22/02/2016). Fonte: autora.

Conforme defendido por Marilena Chaui:

A cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade (CHAUI, 2006, p.8).

Considerações Finais

A partir dos eixos apresentados neste artigo, ou seja, da restauração enquanto ação transdisciplinar, ação intersetorial e ação educativa e participativa, busca-se refletir sobre os possíveis caminhos para a salvaguarda do patrimônio cultural material nos dias de hoje, quando políticas neoliberais fortalecem a ação do mercado.

As obras na catedral da Sé, em Mariana/MG, executadas desde janeiro de 2016 no âmbito do PAC das Cidades Históricas, contratadas pelo IPHAN/MG, envolveu questões complexas, o que não impediu que definições horizontalizadas fossem defendidas durante todo processo de gerenciamento e fiscalização das obras, como é o caso de parcerias com a Universidade Federal de Ouro Preto para o desenvolvimento de projeto de educação patrimonial em escolas públicas, parcerias com o corpo de bombeiros e guarda municipal para monitoramento e segurança da obra, bem como, a realização de audiência pública para a definição sobre a nova pintura do bem com os moradores de Mariana.

Quando o estado dos bens é precário a ponto de serem imprescindíveis obras de restauração, tais obras devem estar envolvidas em programas mais abrangentes, participativas e colaborativas, que promovam a disseminação das ideias de pertencimento, valorização e apropriação do patrimônio cultural e ainda incentivem a conservação preventiva entre os moradores. Sob essa perspectiva, defende-se a mobilização social e práticas de educação patrimonial e participação popular enquanto meios fundamentais para processos de gestão e planejamento mais democráticos e justos.

Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

MARTINS, Mariah. *Preservar, Restaurar e Conservar... Inter, Multi e Transdisciplinarmente*. Scientiarum Historia VII. 2014.